



## **ADAPTAÇÃO CURRICULAR PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE BELÉM/PA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

**Renata Gabriele Ferreira Coimbra**

*Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia  
Universidade Federal do Pará (UFPA)*

**Sulyane Palmeira dos Santos**

*Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia  
Universidade Federal do Pará (UFPA)*

**Amélia Maria Araújo Mesquita**

*Professora doutora  
Universidade Federal do Pará (UFPA)*

### **RESUMO**

Este trabalho é um relato de experiência que se refere a adaptação curricular para a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na sala regular em uma escola pública. O texto tem como principal objetivo relatar a experiência de acompanhamento e de práticas pedagógicas de adaptação metodológica para alunos com TEA na sala regular. Esta experiência foi vivenciada por duas bolsistas do projeto “Formação de professores para uma escola inclusiva: ações colaborativas entre o ensino superior e a educação básica em municípios paraenses”, vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Currículo e Formação de Professores na Perspectiva da Inclusão “INCLUDERE” e financiado pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID. Os dados deste relato foram trabalhados na abordagem qualitativa. Inicialmente foi feita uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, em paralelo foi feita observação participante, os dados foram descritos em cadernos de registro diários. A experiência ocorreu de agosto a dezembro de 2016. Em decorrência dessa vivência, constatou-se que a criança com TEA pode ter acesso ao aprendizado do mesmo conteúdo da turma regular se os mesmos forem adaptados às suas especificidades, e para tanto, se os professores forem preparados por meio de formação qualificada. O projeto PIBID tem nos proporcionado experiências muito produtivas e significativas nas escolas com crianças com necessidades educacionais especiais incluídas em sala regular, já que por meio dele, tivemos oportunidades de percepção durante o nosso processo de formação, sobre a importância e necessidade da adaptação curricular para o seu aprendizado, além da produção de materiais adaptados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Adaptação curricular. Inclusão. TEA. PIBID.

### **1 INTRODUÇÃO**

O presente trabalho considera a relevância da formação de professores em contexto da sala de aula em escolas públicas proporcionada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), através do projeto “Formação de professores para uma escola inclusiva: ações colaborativas entre o ensino superior e a educação básica em municípios paraenses” do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Currículo e Formação de Professores na Perspectiva da Inclusão (INCLUDERE), pois, nos possibilita antecipadamente por meio do Pibid, a valorização da atuação no contexto da educação inclusiva, uma vez que, este projeto garante sessões de estudos as quais aprofundamos as questões teóricas sobre inclusão, adaptação curricular e diferentes deficiências.



Desse modo, consideramos importante compartilhar nossas experiências no âmbito do Pibid, visto que, o mesmo colabora para um formar, refletir sobre o fazer docente na conjuntura da inclusão do aluno com deficiência em escolas públicas, além de acreditarmos que o compartilhamento de ações realizadas pode contribuir para a qualificação da prática docente, seja para aqueles (as) que estão em processo de formação, quanto para aqueles (as) que precisam do aperfeiçoamento da prática pedagógica.

Nesse sentido, os objetivos deste relato de experiência é descrever e compartilhar ações desenvolvidas por nós enquanto bolsistas PIBID e vinculadas ao projeto já mencionado anteriormente, sobre os acompanhamentos pedagógicos ocorridos no período de agosto a dezembro de 2016, feitos com dois alunos de turmas de 2º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública do município de Belém-PA, ambos com o Transtorno do Espectro Autista (TEA), além de, destacar a importância da adaptação curricular de pequeno porte para o melhor desempenho escolar de crianças com a deficiência mencionada e assim possibilitar a sua inclusão na sala regular de ensino.

Para a elaboração do presente texto, inicialmente foi utilizada a pesquisa bibliográfica sobre o tema. Acerca dessa metodologia, Gil (2002) enfatiza que esta é feita baseada em materiais prontos, aqueles já elaborados por alguém, tais como livros e artigos científicos. A observação participante também foi utilizada, sendo inclusive, a metodologia principal para a elaboração deste relato de experiência, pois, foi por meio dela que os dados coletados puderam ser descritos no caderno de registros. Nessa perspectiva, Gil (2002) ao explicar sobre esta metodologia, especifica que a mesma é aquela em que há a interação entre pesquisadores e elementos que integram a situação estudada.

## 2 ESCOLA E INCLUSÃO

A inclusão escolar é uma política educacional que oportuniza aos alunos com deficiência o direito ao acesso e ao ensino nas escolas regulares junto com as demais crianças nas salas regulares, bem como diz o documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial:

Crianças com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deve acomodá-las através de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer tais necessidades. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

A política de inclusão já existe há alguns anos, porém desde a sua criação a inclusão escolar vem evoluindo gradativamente, e as pesquisas anunciam que os professores não estão tendo essa formação inicial ou não desfrutaram de uma formação com qualidade para atuar junto a alunos



com necessidades educacionais especiais na sala regular. Do mesmo modo Beyer (2010) declara que o ingresso dos alunos com necessidades educacionais especiais nas salas regulares tornou-se um desafio aos professores os quais estão mal preparados para receber essa ampla quantidade de alunos com suas especificidades.

### **3 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E ADAPTAÇÃO CURRICULAR DE PEQUENO PORTE**

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma síndrome que está presente no grupo dos Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) em que o sujeito apresenta algumas características incomuns. Conforme a Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, a pessoa com transtorno do espectro autista apresenta comprometimento na área da interação social, da comunicação e no comportamento, podendo esta, apresentar o grau de leve, moderado ou severo.

A Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, Lei Nº 12.764/2012, é sancionada a fim de oficializar a pessoa autista como pessoa com deficiência (PCD), assim como garantir proteção, eliminar discriminação, reafirmar e efetivar todos os direitos de cidadania e políticas de inclusão deste público, já que antes dela, os autistas não eram considerados pessoas com deficiência nem mesmo conseguiam adquirir laudos que indicassem esse fato, e por esse motivo, muitas pessoas com TEA não podiam usufruir dos benefícios que já existiam na legislação brasileira. No entanto, para que haja de fato a inclusão escolar de crianças com TEA na sala regular precisa-se ainda que o professor esteja engajado para possibilitar o aprendizado desta pessoa conforme as suas especificidades. Para que essa prática aconteça sabe-se que é fundamental que o professor faça a adaptação curricular de pequeno porte, pois, essas são ajustes no fazer pedagógico no seu plano de ensino a fim de adequar às características e as necessidades dos alunos com necessidades especiais. Nesse sentido, as adaptações curriculares são medidas pedagógicas adotadas em diversos âmbitos: no nível do projeto pedagógico da escola, da sala de aula, das atividades e, somente quando absolutamente necessário, aplicam-se ao aluno individualmente. As adaptações curriculares visam ao atendimento das dificuldades de aprendizagem e das necessidades especiais dos educandos e ao favorecimento de sua escolarização.

Glat define a adaptação curricular da seguinte maneira:

Adaptações curriculares, de modo geral, envolvem modificações organizativas, nos objetivos e conteúdos, nas metodologias e na organização didática, na organização do tempo, na filosofia e estratégias de avaliação, permitindo o atendimento às necessidades educativas de todos os alunos, em relação a construção do conhecimento. (GLAT, 2007, p.36)



## 4 RESULTADOS

A experiência ocorreu em uma escola pública do município de Belém em duas salas distintas, ambas de 2º ano dos anos iniciais, com um aluno autista em cada sala, um total de 21 alunos matriculados em cada turma. Esta ocorreu de agosto a dezembro de 2016.

No período inicial da experiência, percebemos que as crianças com TEA não tinham acesso às mesmas atividades e assuntos das demais crianças da sala, pois, as crianças com necessidades educacionais especiais realizavam constantemente atividades de cobrir as vogais, os números, colorir desenhos avulsos e não faziam atividades de acordo com o assunto do dia. A política de inclusão visa incluir esses alunos com necessidades especiais na sala regular e não apenas integrá-los. Logo, percebemos que a metodologia de recurso poderia ser mudada para que a criança com TEA pudesse ter acesso à atividades adaptadas às suas especificidades, e assim promover sua inclusão na sala regular e possivelmente o seu aprendizado.

Deste modo começamos a fazer as adaptações das atividades de acordo com o que ia sendo ministrado pelas professoras na sala a fim que a criança também tivesse o acesso ao mesmo conteúdo das outras crianças.

Iniciamos fazendo as adaptações de atividades para os alunos aprenderem como era escrito os seus nomes, essa atividade dispunha da foto da criança e consistia em emparelhamento letra x letra a qual a criança recortava e colava as letras na ordem do modelo do nome escrito. Ressaltamos que os recortes feitos pelos próprios alunos reforçavam a coordenação motora, além de incentivar a sua autonomia.

Fizemos atividades de quebra cabeça dos personagens principais das histórias que as professoras contavam, atividades de matemática com uso de recorte e colagem. Nós também imprimíamos e recortávamos as imagens dos personagens e, na sala montávamos sobre a mesa para criança ver e pegar para montar a imagem no seu caderno com o uso de cola; fazíamos adaptações dos nomes dos personagens para leitura; a história contada pela professora, era lembrada no decorrer da atividade pelas bolsistas. A partir da história que era contada nós selecionávamos alguns desenhos que eram destaques nas histórias e levávamos esses desenhos juntamente com os seus nomes já recortados no papel A4, separados em sílabas a fim que a criança pegasse a sílaba a partir do nosso comando e colasse para formar os nomes corretamente.

Em consequência das nossas ações, constatamos que houve uma relevante inclusão das crianças com TEA na sala regular da escola *locus* destas experiências, visto que, foi proporcionado a elas o acesso, de forma adaptada, do mesmo currículo da turma. Os alunos com TEA



apresentaram um maior interesse de participação das atividades quando saíram daquelas atividades repetitivas de somente cobrir e pintar. Além disso, os demais alunos das turmas passaram a ter maior percepção, cuidado, colaboração e interação com os alunos com TEA. Em vista disso, concluímos que a adaptação curricular para alunos com TEA é fundamental tanto para o processo de inclusão na sala regular, quanto para o despertar do seu interesse pelas atividades do dia na sala de aula.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenvolvimento das ações enquanto bolsistas, foi possível compreender mais, através da revisão bibliográfica, as características da criança com TEA, além de compreender a necessidade de promover adaptações curriculares de pequeno porte a fim de garantir a inclusão a estas crianças.

A educação de crianças com necessidades educacionais especiais na escola regular é um desafio aos educadores que, hoje, na situação de estagiárias, já compreendemos a relevância da inclusão escolar, e assim sendo, nos provoca buscar mais conhecimento para atuar como futuras professoras desses alunos com o propósito de sempre viabilizar a eles o acesso ao aprendizado e ao mesmo conteúdo da turma de forma adaptada às suas especificidades.

Nessa perspectiva, é importante ressaltar o benefício que o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID tem nos proporcionado, uma vez que ele tem nos oportunizado a possibilidade de participar desse outro modelo de formação, pois ele nos permite atuar diretamente na sala regular com todas as crianças e esta ação nos garante uma condição favorável no que diz respeito ao desenvolvimento de práticas educativas inclusivas para que futuramente, já na condição de professoras titular da sala, possamos perceber com mais facilidade algumas necessidades dos alunos com deficiência ou dificuldade de aprendizagem além de poder produzir materiais adaptados às suas especificidades.

## REFERÊNCIAS

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola:** de alunos com necessidades educacionais especiais...3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010. 128 p.

CASA CIVIL. Presidência da República. Subchefia Para Assuntos Jurídicos. **LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.** LEI BERENICE PIANA. Brasília DF:Presidência da República, 2012.



# IX FIPED

IX FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA 2017

III SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA

EDUCAÇÃO • RESISTÊNCIA • LIBERDADE

08 a 11 de novembro de 2017

Desafios pedagógicos de uma sociedade em transe

ABAETETUBA-PA



DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994, Salamanca-Espanha.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 44; 55.

GLAT, Rosana. **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Org. Rosana Glat. 2ª ed. Rio de Janeiro:7letras, 2013.